

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI DIFERENCIADO

ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA PEÇAS E COMPONENTES

Proponente:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ

Tipo de Obra/Serviço:

Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de peças, para os 02 (dois) elevadores do Edifício-Sede da Superintendência de Polícia Federal no Amapá em Macapá/AP (SR/PF/AP)

Desonerado:

NÃO

Empreendimento: **SR/PF/AP**

Município Aplicável: **Macapá**

Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis			Composição de BDI Adotada		Observações:
		1º Quartil	Médio	3º Quartil			
1	Garantia e Seguro (GS)	0,30%	0,48%	0,82%	Garantia e Seguro (GS)	0,48%	1 - Fórmula adotada: BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)-1 2 - Limites Acórdão TCU: 11,10% a 16,80% 3 - Composição do BDI , intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. 4 - Tributos adotados: PIS+COFINS 5 - Percentual de MO: 0%
2	Risco (R)	0,56%	0,85%	0,89%	Risco (R)	0,85%	
3	Despesas financeiras (Df)	0,85%	0,85%	1,11%	Despesas financeiras (Df)	0,85%	
4	Administração Central (Ac)	1,50%	3,45%	4,49%	Administração Central (Ac)	3,45%	
5	Lucro (L)	3,50%	5,11%	6,22%	Lucro (L)	5,11%	
6	Impostos(I)				Impostos (I)	3,65%	
6.1	PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo) *			PIS	0,65%	
6.2	COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)*			COFINS	3,00%	
6.3	ISS	2% a 5% **			ISS	0,00%	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11				CPRB - Lei 12.546/11	0,00%	
					BDI	15,28%	

OBSERVAÇÕES:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 + I)} - 1, \text{ onde:}$$

(1-I)

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

I = Taxa representativa da Incidência de Tributos

(*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.844/2013

(*2) Fonte: Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário